

(RE) PENSANDO  
**DIREITO**  
**ALIENAÇÃO PARENTAL E MEDIAÇÃO  
FAMILIAR NO BRASIL**

**ALIENACIÓN PARENTAL Y MEDIACIÓN FAMILIAR EN  
BRASIL**

**PARENTAL ALIENATION AND MEDIATION FAMILY IN  
BRAZIL**

*Rafaela Fritzen<sup>92</sup>*

*Marcele Homrich Ravasio<sup>93</sup>*

**Resumo**

O presente artigo se propõe a investigar as relações possíveis entre Alienação Parental e a Mediação Familiar no Brasil. Para tanto, o texto foi desenvolvido em quatro eixos, sendo que toma como ponto de partida a apresentação da construção da lei da Alienação Parental no Brasil, seguido de uma discussão sobre o veto da mediação no projeto da referida lei. Para finalizar, salientam-se os elementos que indicam a mediação como meio preponderante para diluir conflitos oriundos da Alienação Parental.

**Palavras-chave:** Alienação parental. Mediação. Família. Brasil.

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo investigar La posible relación entre La Alienación Parental y La Mediación Familiar. Por lo tanto, el texto se desarrolla en cuatro ejes, y toma como punto de partida La presentación de La construcción de La ley de alienación parental en Brasil, seguido de un debate sobre el veto de La mediación e nel citado proyecto de ley. Por último, se señala los elementos que indican La mediación como medio principales para diluir conflictos derivan de La Alienación Parental.

**Palabras clave:** Alienación parental. Mediación. Familia. Brasil.

**Abstract**

The present article proposes to investigate the possible relationship between parental alienation and the Family Mediation in Brazil. For this purpose the text was developed in four axes, and takes as starting point the presentation of the construction of the law of Parental Alienation in Brazil, followed by a discussion on the veto of mediation in the said bill. Finally, should be highlighted the elements that indicate mediation as a preponderant means for a solution of conflicts from the Parental Alienation.

**Keywords:** Parental alienation. Mediation. Family. Brazil.

92 Bacharel em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA/CNEC, Brasil/RS. E-mail: rafaela\_fritzen@yahoo.com.br

93 Psicóloga. Mestre em Educação (Unisinos). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil/RS. Docente no Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA/CNEC e do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: celehomrich@ibest.com.br

**Sumário:** 1. Introdução; 2. Alienação Parental: Da síndrome à lei; 3. O veto à mediação nos casos de Alienação Parental no Brasil; 4. A mediação como meio de restabelecer a comunicação nas relações de afeto; 5. Considerações finais; 7. Referências.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a investigar as relações possíveis entre Alienação Parental e a Mediação Familiar. Para tanto, o texto foi desenvolvido em quatro eixos, sendo que toma como ponto de partida a apresentação da construção da lei da alienação parental no Brasil, seguido de uma discussão sobre o veto da mediação no projeto da referida lei. Para finalizar salientam-se os elementos que indicam a mediação como meio preponderante para diluir conflitos oriundos da alienação parental.

No primeiro eixo, enfatizar-se-ão questões relacionadas à Alienação Parental, apresentando as causas que determinam o seu proceder, os objetivos e os meios utilizados pelo alienador, o desenvolvimento da Síndrome da Alienação Parental e de outras patologias como consequência do ato de alienação e a aplicação da Lei 12.318/2010 no Brasil como forma de inibir e tratar os conflitos gerados pela SAP.

Logo em seguida, apresentar-se-ão os motivos desencadeadores do veto ao art. 9º da Lei 12.318/2010, o qual previa a possibilidade de aplicação da mediação em casos de Alienação Parental, bem como, as críticas feitas ao referido veto e o posicionamento de autores no sentido de ser possível a sua aplicação, ainda que vetada, uma vez que a mediação não foi proibida de maneira expressa e já demonstrou ser o procedimento mais eficaz na resolução de conflitos familiares, especialmente nos que envolvem casos de SAP.

No terceiro eixo ressaltar-se-á a importância da mediação como auxiliadora no processo de diferenciação entre conjugalidade e parentalidade por parte dos ex-cônjuges para que compreendam que o fim do casamento desfaz apenas o elo conjugal, mantendo-se o vínculo parental, sendo a referida distinção fundamental para coibir ou cessar possíveis casos de Alienação Parental.

Ao final, analisar-se-á a possibilidade de aplicação da mediação em casos de conflitos familiares decorrentes da separação conjugal, a fim de restabelecer a comunicação entre o ex-casal para que encontrem formas de tratar o conflito por eles criado, visando a uma convivência agradável e o bem-estar dos filhos.

## **ALIENAÇÃO PARENTAL: DA SÍNDROME À LEI**

A Alienação Parental não é um problema novo nas varas de família. Ao contrário, trata-se de um problema antigo, mas que está em evidência devido ao grande número de divórcios e a consequente discussão quanto à guarda dos filhos. “O termo foi criado na década de 1980 e ganhou dimensão por meio do trabalho do Dr. Richard Gardner, professor de psiquiatria clínica do Departamento de Psiquiatria Infantil da Universidade da Columbia” (ROCHA, 2012, p. 60).

Gardner, trabalhando como psiquiatra forense, conduzia a avaliação de crianças e famílias em situação de divórcio. Em 1980, começou a observar que crescia gradativamente o número de crianças que demonstravam rejeição e hostilidade exacerbada em relação a um dos pais, sentimento este que, antes de instaurado o processo de separação litigiosa, era inexistente (SOUSA, 2010).

Inicialmente pensou em se tratar de uma manifestação de lavagem cerebral feita por parte de um dos genitores para denegrir a imagem do outro, no entanto, posteriormente, concluiu-se que não se tratava apenas de uma lavagem cerebral, passando a utilizar o termo Síndrome da Alienação Parental para qualificar referidos acontecimentos (SOUSA, 2010).

Gardner, segundo Sousa, conceituou então a Síndrome da Alienação Parental como sendo

[...] um distúrbio infantil, que surge, principalmente, em contextos de disputa pela posse e guarda de filhos. Manifesta-se por meio de uma campanha de difamação que a criança realiza contra um dos genitores, sem que haja justificativa para isso. Essa síndrome [...] resulta da programação da criança, por parte de um dos pais, para que rejeite e odeie o outro, somada a colaboração da própria criança – tal colaboração é assinalada como fundamental para

que se configure a síndrome. [...] a SAP é mais do que uma lavagem cerebral, pois inclui fatores conscientes e inconscientes que motivariam um genitor a conduzir seu(s) filho(s) ao desenvolvimento dessa síndrome, além da contribuição ativa desse(s) na difamação do outro responsável (2010, p. 99).

Em seus estudos, Gardner constatou que a referida síndrome era desencadeada, na maioria dos casos, pela figura materna. Atribuiu a esse fato a justificativa de que no ano de 1970 o tratamento legal acerca do divórcio deixou de priorizar a mulher quanto à guarda dos filhos e instituiu a guarda compartilhada, observando o que seria melhor para a criança. Assim, descontentes com tal situação, as mães passaram a utilizar estratégias malévolas para que continuassem a ser beneficiadas (SOUSA, 2010).

Jocélia Gomes (2013) afirma que, ainda hoje, Gardner é a maior referência no que se refere a estudos e descobertas acerca da SAP, dedicando-se à investigação da mesma até a sua morte, no ano de 2003. Suas publicações envolvendo o estudo clínico acerca da SAP foram difundidas pelo mundo todo, instigando outros profissionais a estudar, escrever e ajudar na solução de casos sobre o tema em comento.

No Brasil, a difusão de discursos sobre a SAP ocorreu por meio de associações e movimentos sociais de pais separados. Os debates acerca do assunto se intensificaram ao longo dos anos, passando a ser analisado não apenas pelas referidas associações ou por pesquisadores interessados no assunto, mas, de uma forma geral, por todos os profissionais envolvidos com questões relacionadas ao divórcio e atribuição da guarda dos filhos (SOUSA, 2010).

Verifica-se, portanto, um constante envolvimento de profissionais, principalmente das áreas da psicologia, psicanálise e jurídica, os quais reconhecem a relevância do assunto e a necessidade de adotar providências práticas para coibir a Alienação Parental, uma vez que esta se encontra presente de forma marcante na sociedade e no judiciário brasileiro.

Observa-se que os casos de Alienação Parental que chegam ao conhecimento do Poder Judiciário e de profissionais da área da saúde

mental continuam apontando a separação do casal e os sentimentos desencadeados com o rompimento do vínculo conjugal como a sua principal causa. Ainda, as próprias características da pessoa, bem com a sua personalidade, também são levadas em consideração (SOUSA, 2010).

A partir desse momento, qual seja, o rompimento do vínculo conjugal e a busca pela guarda unilateral dos filhos por parte dos ex-cônjuges surge o que se denomina Alienação Parental, a qual consiste na difamação de um dos cônjuges, por parte do outro, geralmente detentor da guarda dos filhos e que não se conforma com o rompimento do vínculo conjugal, através da constante narração de fatos caluniosos e inverídicos, lhes imputando falsas memórias para, dessa forma, romper com o vínculo entre eles existente, sem, no entanto, dar-se por conta que está causando na criança/adolescente graves transtornos de personalidade, uma vez que esta/este, na maioria das vezes, não tem capacidade para discernir sobre o que é verdadeiro e o que é falso naquilo que lhe é afirmado, deixando-a(o) suscetível a desenvolver a denominada Síndrome da Alienação Parental (SAP) (FONSECA, 2006).

Importante destacar que a Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental, embora intimamente ligadas, são fatores distintos e que, portanto, não se confundem, visto que a Alienação Parental consiste no “afastamento do filho de um dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia” (FONSECA, 2006, p. 3), enquanto que a Síndrome da Alienação Parental “diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento” (FONSECA, 2006, p. 3).

Nota-se que, embora o objetivo da alienação seja sempre o mesmo – banir o outro genitor da vida do filho –, os motivos que levam o genitor alienante a praticar tal ato são os mais diversos. Às vezes tem por fundamento o próprio ato da separação ou então o fato que determinou esse acontecimento, principalmente quando está ligado a ato de adultério e quando o ex-cônjuge prossegue a relação com o parceiro da relação extramatrimonial, provocando sentimentos de

retaliação ao ex-cônjuge abandonado que busca, então, vingar-se utilizando os filhos para isso; outras vezes, por ter a guarda unilateral dos filhos, movido por sentimento de egoísmo, não quer dividir o amor destes com o outro genitor ou com as pessoas que, porventura, constituam a sua nova família; outras vezes, o alienador age motivado por sentimentos de solidão, por estar em estágio depressivo ou, simplesmente por não confiar na capacidade de cuidado do outro genitor em relação aos filhos (FONSECA, 2006).

Fonseca ao se referir aos meios utilizados pelo alienador para afastar o filho do seu outro genitor afirma que “a alienação parental é obtida por meio de um trabalho incessante levado a efeito pelo genitor alienante, muitas vezes até mesmo de modo silencioso ou não explícito”. (2006, p. 4). Sustenta, também, que a Síndrome da Alienação Parental, do ponto de vista médico, é considerada como um abuso emocional feito contra a criança, podendo ser constatada especialmente através de atitudes que são características do genitor alienante como, por exemplo, fazer campanha denegritória contra o genitor alienado; dificultar o exercício das visitas; omitir fatos importantes sobre a vida do filho; tomar decisões importantes em relação ao filho sem o conhecimento/consulta do outro genitor; apresentar o novo companheiro (a) a criança como seu novo pai/mãe; viajar e deixar os filhos com terceiros sem comunicar ao outro genitor; criticar presentes ou dar mais do que o outro genitor; não autorizar que a criança leve para a casa do alienado os brinquedos e as roupas que mais gosta; criticar a competência profissional do outro genitor; obrigar a criança a optar entre pai e mãe; demonstrar desagrado pelo contentamento do filho em estar na companhia do outro; não permitir a convivência entre a criança e o outro genitor em outras datas que não aquelas das visitas; emitir falsas imputações sobre abuso sexual, uso de drogas e álcool; sugerir que o alienado é pessoa perigosa; transformar a criança em espiã do outro; controlar excessivamente os horários de visita; recordar com insistência fatos e acontecimentos desagradáveis imputados ao outro; entre tanta outras.

Dentre todas as formas possíveis de alienação, a falsa acusação de abuso sexual é a mais grave,

[...] tanto pela eficácia do objetivo como pelas consequências psicológicas na criança, pois ela é convencida da existência de ‘fatos’ e induzida a repetir a história na Delegacia, no Conselho Tutelar, para o advogado do alienador, para psicólogos e outros profissionais. Após essa repetição sistemática de tais ‘fatos’, a criança passa a acreditar nesses relatos, gerando assim o que chamamos de falsas memórias (ROCHA, 2012, p. 63).

Diante de situações de acusação de abuso sexual, a tendência dos juízes, ao conhecer do “fato”, é de suspender imediatamente as visitas entre a criança e o genitor acusado até a elucidação do caso, facilitando, assim, o rompimento do vínculo existente entre eles. Além do mais, a demora em alcançar a veracidade dos fatos pode ocasionar danos irreversíveis.

Observa-se que, na medida em que a criança é submetida rotineira e repetidamente a processar informações inverídicas e orientada a sentir raiva e ódio pelo seu outro genitor em razão de situações faticamente criadas pelo detentor de sua guarda, além da criança, o próprio alienador acaba se convencendo de que a mentira por ele inventada é verdadeira.

Com o passar do tempo, essa prática reiterada à qual a criança é submetida faz com que, aos poucos, ela perceba “o que o alienador quer escutar e passa a colaborar para a campanha de desmoralização do outro genitor” (ROCHA, 2012, p. 61). A criança desenvolve um grau de dependência tamanha que vê no genitor guardião a única pessoa em que pode confiar e que pode protegê-la.

Tem-se atingido nesse momento o mais alto grau de alienação, da qual irá se desenvolver a Síndrome. Uma vez instalada esta Síndrome, suas sequelas podem ser irreversíveis. A criança, principal vítima, passa por uma confusão de sentimentos, vendo-se obrigada a afastar-se de quem ama porque acredita naquilo que lhe foi dito e passa a temer esse genitor ou então porque não quer correr o risco de magoar o guardião alienante.

Inúmeras são as consequências mencionadas por estudiosos do assunto quanto a aspectos psicológicos e futuros comportamentos por parte de crianças e adolescentes que tenham vivenciado a Síndrome da Alienação Parental. Para exemplificar, transcreve-se a afirmação feita por Fonseca:

Como decorrência, a criança (ou o adulto) passa a revelar sintomas diversos: ora apresenta-se como portadora de doenças psicossomáticas, ora mostra-se ansiosa, deprimida, nervosa e, principalmente, agressiva. [...] depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental e, às vezes, suicídio. [...] a tendência ao alcoolismo e ao uso de drogas também é apontada como consequência da síndrome (2006, p. 5).

Além das possíveis consequências já mencionadas, há uma forte tendência para que o menor alienado, quando na fase adulta, venha a repetir as atitudes das quais foi vítima e apresente uma grande dificuldade de se relacionar, uma vez que o genitor alienante é o único modelo que a criança tem para se espelhar.

Para evitar e tratar os conflitos resultantes da SAP, foi promulgada em 26 de agosto de 2010 a Lei 12.318, também conhecida como “Lei da Alienação Parental”. A referida lei pode ser entendida como um grande avanço, pois deu conhecimento da violência psicológica sofrida por infantes em tais situações e trouxe a possibilidade de punição para o abusador.

Identificada a prática de alienação parental, realizada por um dos genitores em relação ao filho, é necessária a adoção imediata de providências adequadas, por parte do Poder Judiciário, a fim de coibir o processo de alienação e de proteger o menor, pois se essas práticas não forem punidas, cada vez mais casos chegarão aos Tribunais, instaurando-se uma verdadeira epidemia de assédios morais.

A Alienação Parental fere o princípio da dignidade humana, uma vez que viola os direitos da personalidade. Portanto, “cabe aos operadores do direito coibir tais procedimentos e dar efetividade às garantias constitucionais, notadamente, proteção aos direitos das crianças e adolescentes” (SIMÃO, 2012, p. 15).



As medidas a serem adotadas têm por intuito a aproximação da criança com o genitor alienado e, conseqüentemente, evitar que o genitor alienante obtenha sucesso no procedimento já iniciado e, segundo Fonseca,

[...] as providências judiciais a serem adotadas dependerão do grau em que se encontre o estágio de alienação parental. Assim, poderá o juiz: a) ordenar a realização de terapia familiar, nos casos em que o menor já apresente sinais de repulsa ao genitor alienado; b) determinar o cumprimento do regime de visitas estabelecido em favor do genitor alienado, valendo-se, se necessário, da medida de busca e apreensão; c) condenar o genitor alienante ao pagamento de multa diária enquanto perdurar a resistência às visitas ou a prática ensejadora da alienação; d) alterar a guarda do menor, principalmente quando o genitor alienante apresentar conduta que se possa reputar como patológica, determinando, ainda, a suspensão das visitas em favor do genitor alienante ou que sejam estas realizadas de forma supervisionada; e) dependendo da gravidade do padrão de comportamento do genitor alienante ou mesmo diante da resistência por este oposta ao cumprimento das visitas, ordenar a respectiva prisão (2006, p. 6).

Apesar da dificuldade por vezes enfrentada para detectar a existência da SAP e comprovar sua ocorrência, já que na maioria das vezes a criança permanece calada por medo de perder o amor dos genitores ou por ameaça do alienador, a lei permite a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial, bem como provas testemunhais, documentais, fotográficas, depoimento pessoal e demais formas possíveis para que se comprove a ocorrência de tal mal a fim de buscar uma solução para o episódio e um tratamento para as sequelas advindas de tal proceder, uma vez que a Alienação Parental trata de um problema não apenas de ordem privada, que atinge a família dos envolvidos, mas sim, um problema social e que preocupa a todos.

## **O VETO À MEDIAÇÃO NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL**

Em 26 de agosto de 2010, quando foi promulgada a Lei n.º 12.318, também conhecida como “Lei da Alienação Parental”, havia

a proposta de instituir a mediação como meio de tratar os conflitos advindos da Alienação Parental. Porém, no momento da aprovação da referida lei, a mediação foi vetada, tendo por fundamento a sua contradição ao interesse público, conforme consta na mensagem de n.º 513 apresentada pelo Presidente da República da época.

O art. 9º da referida lei previa a possibilidade das partes utilizarem o “procedimento da mediação para a resolução do conflito, antes ou durante o processo judicial, por decisão própria ou por sugestão do magistrado, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar” (MARCANTÔNIO; WÜST, 2013, s.p.). Ainda, condicionava os mediadores a uma capacitação para atuação em casos de alienação parental e determinava a necessidade de análise, pelo Ministério Público, do acordo firmado e sua posterior homologação judicial.

Em seu texto original, o art. 9º assim dispunha:

Art. 9º As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou o que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

A justificativa apresentada para o veto foi a indisponibilidade do direito da criança e do adolescente à convivência familiar, consoante o artigo 227, da Constituição Federal, motivo pelo qual não seria viável a sua apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos, bem como, por contrariar a Lei n. 8.069/90, “que prevê

a aplicação do princípio da intervenção mínima, segundo o qual eventual medida para a proteção da criança e do adolescente deve ser exercida exclusivamente por autoridades e instituições cuja ação seja indispensável” (MARCANTÔNIO; WÜST, 2013, s.p.).

Os motivos acima expostos, utilizados como justificativa ao veto, foram fortemente criticados por estudiosos que se dedicam à análise de temas que envolvem conflitos familiares, especificamente aos que decorrem da separação conjugal, bem como à aplicação de meios alternativos ao processo judicial.

Rafaela Martins Russi (2012) aponta inicialmente para a existência de um equívoco conceitual em relação à mediação familiar. Afirma que a mediação não é um método extrajudicial de solução de litígios, pois diferente desses, ela não visa a um acordo de vontades, embora o objective, mas sim, o restabelecimento ou a manutenção do diálogo entre os envolvidos a fim de que possam buscar juntos soluções para as suas controvérsias.

A referida autora menciona, ainda, que não há de se falar em violação a direito indisponível, tendo em vista que uma decisão judicial que estabelece a guarda da criança a um dos genitores e possibilidade de visitação ao outro não assegura a inoccorrência de alienação parental, afinal de contas, o estabelecimento da guarda decorre da vontade do juiz a partir da análise dos fatos apresentados no processo, diferentemente do que ocorre na mediação, possibilitando às partes decisões visando ao melhor interesse dos filhos.

Além do mais, um possível acordo advindo de um procedimento de mediação, segundo a lei, seria objeto de análise pelo Ministério Público para sua posterior homologação pelo magistrado, o que impossibilitaria a violação dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que, se fosse constatado algo nesse sentido, justificada estaria a não homologação do acordo. No entanto, não há motivos para que seja alegada a violação a direitos pelo simples fato do acordo ter por origem um processo de mediação.

Nesse contexto de oposição ao ato presidencial, Marcantônio e Wüst afirmam ser

[...] lastimável o veto à mediação no que concerne aos litígios decorrentes da alienação parental, sendo que a oposição à prática da mediação vai de encontro ao melhor interesse da criança e do adolescente, que perdem a oportunidade de verem pacificada a sua situação e a de seus pais, avós ou responsáveis (2013, s.p.).

Além do mais, ao vetar o artigo que trata da mediação, o Poder Executivo perdeu não apenas a oportunidade de disseminar a prática da mediação na sociedade brasileira, mas também de implementar uma nova cultura que possibilitasse o tratamento dos conflitos através da aplicação de métodos cooperativos e colaborativos visando à pacificação dos litígios recorrentes no âmbito familiar (MARCANTÔNIO; WÜST, 2013).

Assim como os autores acima referidos, outros tantos se mostraram contrários ao veto presidencial, apresentando duras críticas aos argumentos utilizados para embasar o referido veto, uma vez que a mediação já comprovou ser o método mais adequado e eficaz para tratar conflitos familiares, especialmente quando envolvem relações de afeto.

Entretanto, nota-se que apesar das inúmeras vantagens apresentadas pela mediação familiar, existem alguns motivos que possivelmente influenciaram para que a decisão de veto fosse proferida.

É possível elencar aqui o fato de que, embora existam relatos que apontam para a existência milenar da mediação, sua utilização enquanto instrumento de tratamento de conflitos é relativamente nova. Outro fator diz respeito a sua falta de regulamentação, pois embora existam projetos que pretendem disciplinar a sua aplicação, esses ainda não foram votados, inexistindo, portanto, lei nesse sentido. E, por último, porque a mediação pressupõe a prevalência da vontade das partes sob a vontade processual; a elas incumbe a responsabilidade pelo tratamento do conflito a partir do auxílio do mediador que, ao contrário do juiz, é responsável por promover o diálogo entre os envolvidos, sem decidir sobre a controvérsia (MORAIS; SPENGLER, 2012).

Observa-se também que, por utilizar de variadas formas para tratar de conflitos, as quais, ajustáveis conforme o caso em concreto e por promover responsabilidades sem sanções, a mediação suscita dúvidas e incertezas em alguns juristas que alegam insegurança em relação às consequências que poderão advir com o seu emprego.

No entanto, apesar da aversão por parte de alguns em relação à aplicação da mediação, ela já demonstrou ser eficaz para tratar de conflitos advindos da SAP, uma vez que o referido tratamento ocorre em tempo adequado, não permitindo que as mágoas se intensifiquem. Além disso, por ser um procedimento interdisciplinar permite a participação de psicólogos e assistentes sociais para auxiliar na condução da conversa e na “humanização” do conflito a fim de que este seja visto não como algo negativo, mas sim como meio de crescimento e evolução, estimulando as partes a compreenderem que ambos são importantes para a criança e que deles depende o seu crescimento saudável.

Ainda, por ser um procedimento não adversarial, proporciona às partes várias possibilidades de resultados, no entanto, nunca haverá um vencedor e um perdedor, pois ou a mediação atinge o objetivo almejado e ambos são vencedores ou as partes não conseguem restabelecer a comunicação para resolverem as questões controversas e então ambos acabam perdendo a possibilidade valiosa de tratar ou, quem sabe, por fim ao conflito que os envolve sem ter de sujeitarem-se a decisões de terceiros.

Assim, tendo em vista os inúmeros benefícios que a mediação propicia às partes, é possível afirmar que

[...] resta mais do que comprovado a importância do emprego da mediação no tratamento dos conflitos familiares, podendo as partes, apesar do veto ao artigo 9º da Lei n. 12.318/10, utilizarem tal instrumento para conversar sobre o conflito, suas mágoas e suas preocupações com o futuro dos filhos. Enfim, cabe às partes buscarem uma oportunidade de exporem as suas razões, ouvirem os motivos do outro e, quem sabe, chegarem a um verdadeiro consenso, capaz de extinguir definitivamente o litígio entre elas. Isso significa qualidade de vida para o presente, para o futuro e para as gerações futuras (MARCANTÔNIO; WÜST, 2013, s.p.).

Rafael Selonk, ao se posicionar acerca da utilização da mediação familiar em casos de síndrome de alienação parental, menciona que

O fato de o veto ter atingido o dispositivo legal que previa a utilização da mediação não tem o intuito, nem ao longe, de proibir sua prática nos Juízos de Família, quando se está diante da síndrome da alienação parental. Se as partes possuem legitimidade para realizar acordo e submetê-lo à homologação judicial, a fim de acertarem pela mediação pontos controversos, a exemplo de questões relacionadas à síndrome da alienação parental, disso nada as impede (2012, s.p.).

Portanto, apesar do veto ao art. 9º da Lei 12.318/2010 e os possíveis motivos que desencadearam esse acontecimento, a utilização da mediação não foi proibida ou excluída de maneira expressa, podendo ser utilizada em casos de conflitos familiares, inclusive nos que envolvem alienação parental, tendo por intuito o restabelecimento do diálogo entre alienante e alienado, a fim de pôr fim à prática alienadora e responsabilizar ambos os genitores pela criação conjunta dos filhos.

## **MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO MEIO DE RESTABELECER A COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES DE AFETO**

As profundas transformações sociais ocorridas nos últimos séculos afetaram diretamente a família. Antigamente, os laços familiares eram baseados no casamento, visando exclusivamente à constituição do patrimônio familiar. Hoje o enfoque é outro. A família, acima de tudo, fundamenta-se e estrutura-se com base no amor e no afeto, visando ao bem estar dos seus membros.

No entanto, uma vez que essas relações são sustentadas pelos sentimentos que envolvem seus membros e sofrem diretamente as influências do meio social no qual estão inseridas, os conflitos também se intensificam.

Os conflitos são inerentes a toda e qualquer relação, entretanto, quando deixam de representar meras incompatibilidades de ideias ou

ideais entre os cônjuges para revelar uma vontade de causar “dano físico ou psicológico ao oponente, assume uma dinâmica negativa que deixa de conduzir ao crescimento, deflagrando a necessidade de procedimentos específicos para tratá-lo” (SPENGLER, 2010, p. 311-312).

Observa-se que em âmbito familiar os conflitos atingem seu ápice no momento da separação. É nessa hora que a situação se agrava, pois no mais das vezes os ex-cônjuges não sabem, não conseguem ou não querem compreender a separação e os motivos que a desencadearam e passam a ter atitudes negativas em relação ao outro e em relação aos filhos nascidos da união do casal.

Com frequência, em casos de separação litigiosa, a principal consequência é o afastamento dos filhos em relação ao genitor não detentor da guarda, pois a este são atribuídas inúmeras acusações, mediante a narração de fatos caluniosos e inverídicos, imputando falsas memórias na criança para romper com o vínculo entre eles existente (FONSECA, 2006).

A essa distorção da figura de um dos genitores feita pelo outro se dá o nome de Alienação Parental, a qual pode desencadear na criança graves transtornos de personalidade, deixando-a suscetível a desenvolver a denominada Síndrome da Alienação Parental (SAP) (FONSECA, 2006).

Entre o casal, as brigas se intensificam ainda mais a partir do momento em que o genitor alienado percebe que a sua imagem está sendo denegrida através das práticas adotadas pelo genitor alienador. Nesse momento, o conflito foge ao controle dos ex-cônjuges que, por não conseguirem resolver seus problemas conjugais, acabam confundindo sentimentos e impossibilitando o diálogo até mesmo no que diz respeito aos filhos.

Inviabilizada a possibilidade de diálogo e de autogestão do conflito que se intensificou após a separação, este é encaminhado ao judiciário para que decida a respeito dos fatos apresentados, dizendo ao final quem está com a razão e/ou quem detém o direito. No entanto, constata-se que nem sempre o direcionamento de conflitos às vias

judiciais é a melhor escolha, ainda mais quando se está diante de contendas familiares.

É de notório conhecimento que o judiciário brasileiro está passando por um momento de crise, haja vista o volumoso número de processos que se acumulam nas mais diversas comarcas, somados a inúmeros outros fatores, conforme já mencionado no capítulo anterior.

Verifica-se, no mais das vezes, uma prestação jurisdicional não apenas lenta, mas também ineficiente, tanto em relação a aspectos quantitativos como em relação a aspectos qualitativos e, especificamente, no que diz respeito a conflitos familiares, observa-se que, embora a família tenha mudado, o Judiciário não acompanhou essa mudança, submetendo tais casos a ritos inflexíveis e aplicando, muitas vezes, legislações e procedimentos inadequados ao caso concreto.

Como forma de solucionar tais impasses, a mediação familiar apresenta-se como uma alternativa possível, tendo em vista que seus procedimentos demonstram ser mais vantajosos e menos dolorosos, visando não apenas à solução do litígio, mas principalmente ao tratamento do conflito familiar, especialmente quando esses tenham como origem a SAP.

Corroborando com o entendimento acima mencionado, citam-se as palavras de Renata Sarmento Santos e Roberto Freire Melo Júnior:

É possível que a mediação prévia seja capaz de diminuir ou até mesmo findar o estado beligerante dos separandos, o que poderá interferir diretamente na questão da SAP. Como os atos alienadores ocorrem principalmente no contexto do divórcio e da consequente disputa pela guarda dos filhos, um casal que já tenha passado pela fase de mediação, tendo dialogado, discutido e feito concessões recíprocas, poderá lidar melhor com o fim do casamento, não incitando na criança o ódio injustificado ao outro genitor (2010, p. 16).

No entanto, importante frisar que a mediação, por si só, não será capaz de solucionar todos os conflitos conjugais e coibir a prática alienadora, afinal de contas, nem todos os casos são mediáveis, mas, ainda assim, aquilo que pode ser aplicada, tem demonstrado ser o



melhor método a adotar, uma vez que possibilita inúmeros benefícios aos envolvidos.

Por ser um método consensual, autocompositivo e extrajudicial de resolução de conflitos, busca promover o diálogo e o debate entre as partes, convidando-as à reflexão para que juntas cheguem a um acordo mutuamente aceitável e sintam-se responsáveis pelas próprias decisões.

Além disso, trata-se de um procedimento confidencial, que prima pela privacidade do encontro e do objeto do litígio e pela economia, tanto em relação aos custos como em relação ao tempo necessário para se chegar ao objetivo almejado.

Sendo assim, havendo interesse e disponibilidade pelo casal ou ex-casal em resolver as suas controvérsias por meio da mediação, basta que esses procurem um centro de mediação para expor a sua vontade a um mediador, responsável por organizar as sessões e conduzir o seu procedimento.

O mediador necessariamente deve agir com imparcialidade, facilitando e promovendo a comunicação entre as partes sem interferir diretamente no mérito das questões controvertidas. A ele incumbe a utilização de técnicas que auxiliem no reconhecimento e entendimento do contexto conflitivo no qual as partes estão inseridas a fim de que possa identificar as necessidades e os interesses de ambos os envolvidos, auxiliando-os a chegar a um acordo que seja benéfico a toda a família.

Sandra Regina Vilela, ao tratar sobre a mediação e o papel desenvolvido pelo mediador, afirma:

A Mediação Familiar é um procedimento estruturado de gestão de conflitos pelo qual a intervenção confidencial e imparcial de um profissional qualificado, o mediador, visa restabelecer a comunicação e o diálogo entre as partes. Seu papel é o de levá-las a elaborar, por elas próprias, acordos duráveis que levem em conta as necessidades de cada um e em particular das crianças em um espírito de co-responsabilidade parental. [...] o objetivo da mediação é a responsabilização dos protagonistas, para que sejam capazes, por si mesmos, de formular acordos duráveis (apud SILVA, 2011, p. 9).

Portanto, a mediação pressupõe o auxílio do mediador para que as partes alcancem um resultado satisfatório na medida dos seus interesses, considerando sempre as necessidades e o que for melhor para a criança, a fim de que esta sinta o mínimo possível, os reflexos da separação.

Por ser uma prática interdisciplinar, o mediador não trabalha sozinho. Para desenvolver as sessões de mediação, é importante que ele empregue conhecimentos e serviços de outras áreas, tais como do direito, da psicologia e da assistência social, convidando profissionais especializados nas referidas áreas a participar do procedimento para, a partir da formação de uma equipe multidisciplinar com várias competências que se complementam, oferecer uma assistência integral aos mediados.

É de suma importância que o mediador, responsável por mediar o casal que se encontra em situação de conflito, após explicar como se desenvolve o referido procedimento e, em sendo aceito pelas partes, inicie o trabalho incentivando os envolvidos a refletir sobre os motivos que levaram à separação, assim como tudo aquilo que não ficou esclarecido ou que não pôde ser compreendido e que lhes causam dor para que, posteriormente, possam expor o que pensam e sentem na tentativa de restabelecer a comunicação entre eles.

Leonora Roizen Albek Oliven destaca a importância de submeter as partes a um momento de reflexão antes de avançar para uma próxima etapa:

Ao encorajar a reflexão sobre a própria dor, sobre o vazio do rompimento das relações afetivas para a construção de um novo caminho, a mediação estimula uma atividade interna que conduza e direcione a própria vida. Possibilitando uma nova dimensão e compreensão do sofrimento e da dor pela separação, o par seria capaz de elaborar as suas diferenças e construir um novo e diferente diálogo (2010, p. 67).

Cabe ao mediador, após esse momento de reflexão, questionar de forma hábil e inteligente os mediados para que expressem as angústias, sofrimentos, medos e incertezas nascidas com a separação e com o conflito que os envolve.

Nesse sentido, Águida Arruda Barbosa destaca a relevância do referido proceder a fim de promover inicialmente um ambiente de escuta para, posteriormente, tentar desenvolver o diálogo entre os envolvidos:

Numa sessão de mediação interdisciplinar proporciona-se às partes um tempo-espaco para uma vivência de escuta qualificada, isenta de qualquer dose de julgamento. Nessa vivência, enquanto um exerce a fala, o mediador e a outra parte escutam, e assim, sucessivamente, todos falam e se escutam, sob a coordenação de conhecimentos teóricos (2003, p. 345).

Não só para as partes, mas também para o mediador esse momento de escuta é fundamental para que possa interpretar aquilo que está ouvindo e perceber o real motivo do conflito. É imprescindível que ele entenda “a estrutura e a dinâmica do contexto familiar e os papéis (reais e simbólicos) que cada membro ocupa nesse contexto, sobretudo a criança” (SILVA, 2011, p. 9).

Percebendo os pontos falhos da relação, geradores do conflito familiar, o mediador deve tentar restabelecer a comunicação entre as partes a partir da utilização de técnicas próprias para tanto. Deve estimular o diálogo cooperativo sobre as situações controvertidas para que cheguem a uma solução mutuamente aceitável, que beneficie a ambos.

Helena Pacheco Wrasse destaca que a “comunicação é a palavra-chave, pois a falta dela, geralmente, é uma das causas do litígio e ela em si pode simbolizar a resolução”. Assim, pode-se dizer que a mediação familiar tem como propósito “o restabelecimento da comunicação entre as partes, sem a imposição de regras, auxiliando-as a chegar a um reconhecimento recíproco que produza uma nova percepção do conflito” (SPENGLER, 2010, p. 312).

No entanto, o restabelecimento da comunicação entre os participantes da mediação familiar pode demandar um tempo considerável. É preciso levar em conta que há muitos sentimentos envolvidos e que, por vezes, as partes ainda estão abaladas com a separação e não sabem lidar com a nova situação na qual se

encontram. “É por isso que não existe tempo fixado para a mediação. Quem poderá dizer qual é o tempo necessário para (re)estabelecer a comunicação?” (SPENGLER, 2010, p. 347).

Colocar duas pessoas frente a frente, estando elas, na maioria dos casos, repletas de amarguras, de tristezas e de ressentimentos, para dialogar sobre aquilo que lhes aflige, é tarefa árdua e, por isso, há necessidade da presença de um mediador que as auxilie a iniciar uma conversação para, a partir do diálogo, poder satisfazer os interesses e as necessidades dos envolvidos. Sob esse enfoque, Spengler menciona:

De fato, o principal desafio que a mediação enfrenta não é o de gerar relações calorosas e aconchegantes, sociedades isentas de conflito ou uma ordem de mundo harmoniosa [...] talvez o seu principal desafio seja encontrar mecanismos que possibilitem uma convivência comunicativamente pacífica (2010, p. 350).

Conseguindo restabelecer a comunicação entre os mediados, é dever do mediador zelar pelo respeito e pela cordialidade entre eles para que, assim, possam ver no outro um sujeito de direito, com desejos e necessidades. Nesse momento é possível que as partes se aceitem como autoras do problema e passem a estabelecer juntas uma forma para tratá-lo.

Ao se reportar ao assunto em tela, Spengler menciona que

[...] a meta da mediação é exatamente responsabilizar os conflitantes pelo tratamento do litígio que os une a partir de uma ética da alteridade; encontrar, com o auxílio de um mediador, uma garantia de sucesso, aparando as arestas e divergências, compreendendo as emoções reprimidas e buscando um consenso que atenda aos interesses das partes e conduza à paz social (2010, p.322).

Busca-se, portanto, a partir da mediação, resgatar a comunicação e o respeito entre os conflitantes para que possam decidir juntos e de forma consciente sobre questões que os envolve e principalmente para decidir sobre o que é melhor para os filhos que tem em comum, evitando toda e qualquer prática que possa afastá-los do convívio parental.

Dessa forma, a mediação possibilita às partes trabalharem a sua capacidade de transformar o conflito em prol do bem comum. Permite a “pacificação de seus membros, que aprenderão a gerir, transformar ou resolver seus próprios conflitos pela via da voluntariedade, confidencialidade e, sobretudo, reflexão” (BRAGA NETO; ADOLFO, 2009, p. 62), demonstrando ser uma das mais “eficientes e inteligentes respostas às questões familiares como um todo” (BRAGA NETO, 2009, p. 62).

Logo, pode-se afirmar que, ainda que as partes não cheguem a um acordo, a mediação poderá ser considerada exitosa, uma vez que ela “não deve concluir nem decidir nada, deve apenas fazer com que as partes conflitantes estejam em condições de recomeçar a comunicação” (SPENGLER, 2010, p. 318).

Também nesse sentido se posiciona a Ministra Fátima Nancy Andrighi:

Em conflito de família deve-se primar pela diluição do conflito e não pela solução dele. O solucionar se opera com a prolação de sentença que é imposta às partes, da qual sempre advirá um vencedor e um vencido. O diluir pressupõe que as próprias partes encontrem o caminho da convivência respeitosa, subjazendo aí a continuidade da relação pós-separação. Dessa forma se poderá priorizar a relação ‘pai-mãe’ em lugar da relação ‘marido e mulher’, o que permite colocar, acima de tudo, o bem-estar dos filhos, garantindo-lhes o direito de uma convivência tranquila com ambos (apud Oliveira, 2012, p. 160).

Pelo exposto, conclui-se que a mediação se apresenta como uma alternativa eficaz em casos de contendas familiares, especialmente em situações de Alienação Parental, na medida em que, diferentemente do processo judicial, possibilita que as partes, a partir do diálogo, encontrem formas para tratar o conflito por elas criado, visando a uma convivência harmônica e o bem-estar dos filhos, sendo, para tanto, fundamental a diferenciação entre parentalidade e conjugalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a separação conjugal é um processo doloroso que envolve não apenas o casal, mas todo o grupo familiar e que os efeitos decorrentes dela são inúmeros.

Muitas vezes, embora tenha ocorrido a separação de fato do casal, estes permanecem vivenciando sentimentos de dor, raiva, tristeza e de inconformação em relação ao rompimento da união, fazendo com que permaneçam emocionalmente ligados.

O rompimento do vínculo conjugal é ainda mais difícil quando há filhos, pois isto implica a manutenção do diálogo pelo ex-casal, ainda que minimamente, para tratar assuntos relativos a esses. Assim, se as partes não souberem administrar seus sentimentos e distinguir entre os assuntos que dizem respeito à separação e à filiação, poderão viver eternamente em uma situação de conflito.

Leila Maria Torraca de Brito (*apud* SOUSA, 2010, p. 22) menciona que “uma das dificuldades da separação conjugal quando o casal possui filhos é o fato paradoxal de querer desligar-se de alguém que na verdade não se poderá desprender totalmente, dada a parentalidade em comum”.

Desse modo, evidencia-se que a capacidade do ex-casal em diferenciar a conjugalidade e a aparentalidade que os une fica comprometida, repercutindo negativamente na vida de todos os envolvidos, em especial, na dos filhos.

Percebendo essas dificuldades, o mediador, a partir do restabelecimento do diálogo entre as partes envolvidas, busca trabalhar essa diferenciação a fim de que os mediados compreendam que a separação põe fim unicamente à relação conjugal, permanecendo a responsabilidade de ambos os pais em relação à educação e à criação dos filhos enquanto menores, e a assistência deles quando maiores.

Relevante, portanto, esclarecer o significado de ambos os termos a fim de evitar que sejam confundidos e tornem ainda mais complexa a separação e graves as consequências dela advindas.

Letícia Solis-Ponton, em seus estudos, afirma que a parentalidade se refere à “capacidade psicológica de exercer a função parental, ou seja, ter a competência de ser pai ou mãe suficientemente bons para seus filhos” (2004, p.195).

Já em relação à conjugalidade, Sousa afirma que, para poder definir o seu significado, primeiramente é preciso esclarecer a sua

diferenciação em relação ao vínculo conjugal. Assim, a referida autora menciona que o vínculo conjugal serve para “designar aspectos de ordem relacional, afetiva ou psicológica envolvidos no casamento” (2010, p. 29). Em contrapartida, menciona que a conjugalidade é “mais ampla, envolvendo, além dos aspectos psicológicos, outros de caráter sociológico, histórico, jurídico, bem como a vida cotidiana” (2010, p. 29). Dessa forma, “pode-se pensar que embora a conjugalidade venha a ser desfeita com o fim do casamento, é possível que ainda perdure o vínculo conjugal entre os ex-parceiros” (SOUZA, 2010, p. 29).

A desconstrução da conjugalidade é um procedimento que implica transformação. Essa transformação diz respeito à elaboração do luto pelo fim do relacionamento visando à reconstrução da identidade individual. Logo, assim como a conjugalidade é construída no decorrer do casamento, a sua desconstituição se dá com o passar do tempo, na medida em que a nova situação dos envolvidos passa a ser assimilada por estes (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Vittorio Cigoli (2002), ao abordar o assunto em tela, afirma que a história relacional de um casal não se encerra completamente, ainda que esses estejam separados. Defende que o vínculo que existia entre os ex-companheiros não se extingue ou se nula, mas apenas se transforma para assumir outros significados a fim de fortalecer os vínculos existentes entre pais e filhos.

No entanto, manter o vínculo parental após a separação conjugal nem sempre é fácil. Em alguns casos, os filhos são utilizados como produto do litígio conjugal. É neles que os ex-cônjuges acabam depositando toda a sua carga emocional, suas tristezas e angústias, buscando incessantemente a exclusão de um dos genitores da relação com os filhos ou, então, instigando-os a optar entre a convivência com um ou outro, chegando a configurar a denominada Alienação Parental.

Nesse contexto conflitivo, o mediador exerce papel fundamental, pois a compreensão da distinção entre conjugalidade e parentalidade por parte do ex-casal estimula-os a refletir sobre as atitudes que estão adotando em relação aos filhos. Mais, estimula-os a trabalhar o divórcio psíquico e a perceber que a forma como conduzem o processo de

separação reflete diretamente na vida dos filhos, podendo-lhes causar graves sequelas quando mal conduzido.

Para dar ênfase ao entendimento supramencionado, citam-se as palavras de Luís Otávio Sigaud Furquim que corroboram com o tema abordado:

É importante salientar que, quando o casamento termina, cessa apenas a relação de conjugalidade, mantendo-se, então, a relação de parentalidade, que vai ser exercida e compartilhada entre pais e filhos para sempre (2008, p. 80).

Assim, o que se espera do ex-casal é que a partir do procedimento de mediação familiar consigam visualizar de forma clara o que diz respeito à conjugalidade e à parentalidade para, em um momento posterior, poder dialogar sobre assuntos referentes a esses aspectos, mantendo sempre o respeito mútuo, a fim de decidir juntos as questões relativas aos filhos, privilegiando a qualidade de vida e o bem estar destes, amenizando as perdas e os sofrimentos suportados com a separação.

Não se pode permitir que as divergências existentes entre ex-casais sejam utilizadas como justificativas para o afastamento da criança do convívio familiar, a final de contas, pai e mãe são igualmente essenciais na constituição dos filhos enquanto sujeitos, devendo compartilhar as tarefas inerentes à criação, educação, assistência, afeto e amor.

Sobre esse aspecto, destaca-se a colocação feita por Furquim quanto à importância das relações familiares:

A convivência com ambos os pais é fundamental para a construção da identidade social e subjetiva da criança. A diferença das funções de pai e mãe é importante para a formação dos filhos, pois essas funções são complementares e não implicam na hegemonia de um sobre o outro (2008, p.80).

A relevância da presença materna e paterna para o desenvolvimento da criança é, portanto, indiscutível e, em casos de separação conjugal, é de fundamental importância que sejam abordadas e trabalhadas pelo mediador familiar e pelos mediados



questões relativas à conjugalidade e à parentalidade, pois a sua diferenciação pode ser fundamental para evitar desentendimentos em relação aos filhos, possíveis práticas de Alienação Parental ou até mesmo para que essa prática seja interrompida.

Dessa forma, tem-se que a mediação possibilita a comunicação entre os mediados e consequentemente a readaptação desses a sua nova realidade de vida enquanto ex-casal, bem como a remodelagem do exercício da parentalidade, a qual precisa ser adaptada ao contexto de separação conjugal a fim de priorizar o “melhor interesse da criança”, mantendo-se o contato desta com ambos os genitores, zelando pela sua integridade física, moral e intelectual.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação familiar: uma vivência interdisciplinar. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). **Direito de família e psicanálise** – Rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos no contexto familiar. **Revista IOB de Direito de Família**, Porto Alegre: Síntese, n. 51, ano IX, p. 49-63, dez./jan. 2009.

BRASIL. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. **Presidência da República**: Casa Civil, Brasília, DF, 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em: 24 set. 2014.

BRASIL. Mensagem nº 513, de 26 de agosto de 2010. **Presidência da República**: Casa Civil, Brasília, DF, 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em: 24 set. 2014.

CIGOLI, Vittorio. O rompimento do pacto: tipologia do divórcio e rituais de passagem. In: ANDOLFI, Maurizio (Org.). **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Revista Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 3, p. 367-764, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26180303>>. Acesso em: 20 set. 2014.

FONSECA, Priscila Maria Pereira Corrêa da. **Síndrome da alienação parental**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/1174.pdf>>. Acesso em: 4 de maio 2014.

FURQUIM, Luís Otávio Sigaud. Os filhos e o divórcio. **Revista IOB de Direito de Família**, Porto Alegre: Síntese, n. 47, ano IX, p. 77-82, abr./maio 2008.

GOMES, Jocélia Lima Puchpon. **Síndrome da alienação parental: o bullying familiar**. São Paulo: Imperium: 2013.

MARCANTÔNIO, Roberta; WÜST, Caroline. A mediação como forma de tratamento dos conflitos decorrentes da Alienação Parental: Uma análise da Lei 12.318/2010 e o veto ao artigo 9º. In: **I Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa**, 2013, Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <[http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao\\_e\\_jr/article/view/10892/1421](http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao_e_jr/article/view/10892/1421)>. Acesso em: 24 set. 2014.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: Alternativas à jurisdição! 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi de. A mediação como política pública de tratamento dos conflitos de guarda. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **Mediação enquanto política pública: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_editora\\_livro/mediacao.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/mediacao.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

OLIVEN, Leonora Roizen Albek. **Alienação parental: a família em litígio**. 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade), Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes\\_psicanalise/alienacao-parental-a-familia-em-litigio.pdf](http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/alienacao-parental-a-familia-em-litigio.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2014.

ROCHA, Mônica Jardim. Alienação parental: a mais grave forma de abuso emocional. In: PAULO, Beatrice Marinho. **Psicologia na prática jurídica: a criança em foco**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUSSI, Rafaela Martins. **Alienação parental e a supressão legal do artigo que previa a mediação como forma alternativa de resolução de conflitos na lei 12.318/2010**. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível

em: <[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012\\_1/rafaela\\_russi.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_1/rafaela_russi.pdf)>. Acesso: 25 de setembro de 2014.

SANTOS, Renata Sarmento; MELO JÚNIOR, Roberto Freire. Síndrome de alienação parental e mediação familiar. Do conflito ao diálogo. **Revista do Curso de Direito**, Salvador, n. 128. p. 1-24, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1410/1097>>. Acesso em: 17 set. 2014.

SELONK, Rafael. **Síndrome da alienação parental e a mediação como caminho possível**. Jus Navigandi, Teresina, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20756/sindrome-da-alienacao-parental-e-a-mediacao-como-caminho-possivel#ixzz3EwgaqhR1>>. Acesso em: 25 set. 2014.

SILVA, Denise Maria Perissinida. Mediação familiar em casos de alienação parental. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 95, ano XIV, 2011. Disponível em: <<http://www.projusticiafamiliar.org/wp-content/uploads/2011/10/PonenciaXXIII.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano Simão. Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental. In: PAULINO NETO, Analdino Rodrigues (Org.). **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião**: aspectos psicológico, sociais e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2012.

SOLIS-PONTON, Letícia. **Ser pai, ser mãe - parentalidade**: Um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. São Paulo: Cortez, 2010.

---

**Recebido: 6.4.2015**

**Aprovado: 25-5-2015**

---

